

ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ – ANO 2025.

Aos 28 (vinte e oito) dias de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 9h13min (nove horas e treze minutos), em formato híbrido, no Plenário dos Órgãos Colegiados José Wilson Sales Júnior, situado na Sede da Procuradoria-Geral de Justiça, com endereço na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, 130, Cambé, Fortaleza-CE, e através da plataforma digital *Microsoft Teams*, realizou-se a 10ª Sessão Ordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, sob a presidência do Subprocurador-Geral de Justiça Institucional José Maurício Carneiro, em razão do usufruto de férias do Procurador-Geral de Justiça Haley de Carvalho Filho. Atingido o quórum regimental para instalação, o Presidente declarou aberta a sessão com registro de presença de 16 (dezesesseis) Procuradores de Justiça a seguir relacionados: José Maurício Carneiro; Sheila Cavalcante Pitombeira; Maria Neves Feitosa Campos – Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará; Maria Magnólia Barbosa da Silva (*Teams*); Luiz Eduardo dos Santos (*Teams*); Luzanira Maria Formiga; Ednéa Teixeira Magalhães; Leo Charles Henri Bosard II; Francisco Osiete Cavalcante Filho; Sônia Maria Medeiros Bandeira (*Teams*); Maria de Fátima Correia Castro (*Teams*); Luís Laércio Fernandes Melo; Francisco Xavier Barbosa Filho (*Teams*); Valeska Nedehf do Vale (*Teams*); Raimunda Salomé de Oliveira Nogueira e Luiz Alcântara Costa Andrade. Ausências justificadas dos membros: Suzanne Pompeu Sampaio Saraiva (férias); Alcides Jorge Evangelista Ferreira e Bruno Jorge Costa Barreto (férias). A Associação Cearense do Ministério Público foi representada por sua presidente, a Promotora de Justiça Ana Vlândia Gadelha Mota.

DELIBERAÇÃO ACERCA DA ATA: Ata da 9ª Sessão Ordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, realizada no dia 14 de maio de 2025. **O Órgão Especial, por unanimidade, aprovou a citada ata, sem emendas, ressalvada a abstenção dos membros que não estiveram presentes à referida sessão. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS PARA JULGAMENTO: O Órgão Especial, por unanimidade, tomou conhecimento da distribuição de processos constantes da pauta. MATÉRIA DE CONHECIMENTO: 01) **PGA nº. 09.2025.00003229-7.** Assunto: Relatório dos projetos de lei aprovados pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e encaminhados ao Poder Legislativo no ano de**

2024. O Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, por unanimidade, conheceu da matéria. **JULGAMENTO DE PROCESSOS:** Com a palavra, a Presidência informou a retirada de pauta do Processo nº 09.2025.00001245-7, relatado pela Procuradora de Justiça Valeska Nedefh do Vale, cujo objeto trata de proposta de resolução que visa alterar a classificação de entrância das Promotorias de Justiça da Comarca de Tauá. Informou que a Relatora acatou o pedido formulado por ele na condição de Procurador-Geral de Justiça em exercício, sob a justificativa da necessidade de melhor reapreciação da proposta então apresentada e avaliação de possíveis mudanças que possam tornar mais eficiente a dinâmica de classificação dos órgãos de execução do interior do Estado, atendendo o interesse público.

COMUNICAÇÕES DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA: Dr. Leo Charles Henri Bossard II indagou se o site ou intranet do Ministério Público do Ceará disponibiliza consulta dos membros ministeriais com a informação das Varas e Unidades Judiciais nas quais atuam, e, em caso de inexistência, solicitou providências para viabilizar referida consulta, em razão da dificuldade de acesso pelo público interno e população em geral. Em razão da solicitação, a Presidência determinou à Secretaria dos Órgãos Colegiados que fizesse uma pesquisa no site da PGJ para a verificação existência ou não de consulta que apresentasse tais informações em caso negativo, fosse oficiado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça no sentido de solicitar a disponibilização de tal serviço. Dra. Luzanira Maria Formiga formulou votos de congratulações aos Desembargadores Maria Iraneide Moura Silva e Emanuel Leite Albuquerque, eleitos, respectivamente, como Presidente e Vice-presidente/Corregedor da Justiça Eleitoral cearense para o biênio 2025-2027. Informou a recente reestruturação dos órgãos colegiados do Tribunal de Justiça do Ceará, através do Assento Regimental nº 23/20225, com a criação de três novas Câmaras, sendo duas de Direito Privado e uma Criminal, e dois cargos de Desembargadores, advertindo para necessidade do redimensionamento do quantitativo dos Procuradores de Justiça e da atuação dos membros que atuam perante as Câmaras. Dr. Francico Osiete Cavalcante Filho alertou para desproporção da força de trabalho de servidores que auxiliam os Desembargadores, em média 8, em comparação com os Procuradores de Justiça, que contam com apenas 2 assessores, e reiterou o pedido de disponibilização de ao menos 1 servidor residente para cada gabinete com a finalidade de fazer frente à quantidade excessiva de processos e à exiguidade do prazo para manifestação. Dr. Luís Laércio Fernandes Melo recordou a produção de relatórios pelas Secretarias Executivas das Procuradorias Cíveis e Criminais que indicam a deficiência estrutural das Procuradorias de Justiça, inclusive com repercussão na saúde mental de assessores e membros diante carga demasiada de trabalho. Externou sua preocupação

66 com o escalonamento de processos que aportam todos os dias em seus gabinetes, sem a devida
67 estrutura e apoio necessários para demanda de trabalho, citando como agravador a implantação
68 do Núcleo de Justiça 4.0 – Direito Privado pelo Tribunal de Justiça do Ceará, que visa acelerar os
69 julgamentos de demandas de massa com utilização de Inteligência Artificial, que agravará a
70 situação de grande demanda de trabalho. **Dr. Luiz Alcântara Costa Andrade** ressaltou a
71 importância da implantação de um orçamento ministerial participativo para que membros e
72 servidores possam contribuir com sugestões para alocação dos recursos disponíveis, tornando
73 mais democrática a escolha da aplicação do orçamento destinado à Instituição. **Dra. Maria**
74 **Neves Feitosa Campos** formulou votos de pesar ao Promotor de Justiça Francisco Romério
75 Pinheiro Landim, em razão do falecimento de seu irmão, José Lopes Pinheiro Landim, no ultimo
76 dia 09 de maio de 2025, ao Promotor de Justiça Cláudio Chaves Arruda em razão do falecimento
77 de sua mãe, Maria Zilah Chaves Arruda, no ultimo dia 27 de maio de 2025, e à senhora Maria do
78 Carmo Ximenes pelo falecimento de sua mãe, Maria José Leal Ximenes, viúva do Procurador de
79 Justiça Raimundo Napoleão Ximenes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, às
80 10h15 (dez horas e quinze minutos), a Presidência declarou encerrada a 10ª Sessão Ordinária do
81 Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, da qual, *Patni Mendonça Tupinambá*,
82 Gerente de Apoio do Colégio de Procuradores de Justiça, minutou a presente ata, revista e
83 lavrada pela Promotora de Justiça e Secretária dos Órgãos Colegiados, **Liduína Maria de Sousa**
84 **Martins**, que após lida e aprovada, será devidamente publicada.